

*20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 19.07.2012

3.2. - 30.07.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. Auxílios Económicos 2012//2013

Ponto 5. **CULTURA**

. Eventual Classificação e Delimitação da Zona de Protecção Especial (ZPE) dos Vestígios Arqueológicos da Villa Romana da Quinta de São Tomé e Restante Conjunto de Imóveis, e da Capela Romana de São Tomé, Sitos na Freguesia de Vila Nova de Anços
- Proposta

Ponto 6. **CULTURA**

. Grupo 245 - Escoteiros de Soure
- Agradecimento

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

- . HABITAÇÃO SOCIAL//APOIO AO ARRENDAMENTO

Ponto 8. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- E.D.P. Distribuição - Energia, S.A.

9.1. Ampliação de Rede de IP, Degracias

9.2. Ampliação de Rede de BT Subterrânea com IP Associada, Largo das Escolas,
Granja do Ulmeiro

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CASAS MORTUÁRIAS - CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO

- DAS FREGUESIAS – Comparticipações//2012 - (2)

Ponto 11. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

- . Substituição de Tubagem nas Quatro Lagoas (Freguesia de Pombalinho)

- Escolha de Procedimento Prévio

Ponto 12. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO

- . Edifício Destinado a Restaurante sito no Jardim da Várzea

- . Antiga Casa da Moagem

- Arrendamento

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Ponto 13. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . RECARGAS
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Figueiró do Campo
- . Casal do Facho e Rua das Alagoas
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 14. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTRAS RECARGAS
- . ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA
- . Casal dos Baceiros e Porto Godinho
 - Homologação de Auto de Vistoria (Libertação Parcial de Caução)

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . Estacionamento para Órgãos de Comunicação Social
 - Atribuição de dois Lugares

Ponto 16. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012

- Apreciação de Propostas de Alteração - 9.ª/9.ª - .

Ponto 17. RECURSOS HUMANOS

- . Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
 - Contratação de Serviços Externos
- 17.1. Escolha de Procedimento Prévio
- 17.2. Adjudicação

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Ponto 18. REFORMA JUDICIÁRIA

- Projecto de Lei de Organização do Sistema Judiciário
- Projecto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais

Ponto 19. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

- 19.1. Lei N.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Decreto-Lei N.º 127/2012, de 21 de Junho,
Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso
- 19.1.1. Inconstitucionalidade
- 19.1.2. Lista das Entidades da Administração Central que se encontram em Incumprimento
- 19.2. Resolução do Conselho de Ministros 79-A/2012
 - Fundações

Ponto 20. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

*** CULTURA**

- A Câmara Municipal, representada por mim e pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, esteve, como é hábito, presente nas Comemorações do 68.º Aniversário do Grupo Musical Gesteirense... Trata-se de uma Instituição Cultural com dinamismo e uma evidente aposta no futuro - basta observar o trabalho desenvolvido nas Escolas de Música -...

- No dia 21 de Outubro, estivemos presentes, eu próprio e o Senhor Vereador, Américo Nogueira, numa das acções comemorativas de mais um Aniversário da Associação da Ribeira da Mata... trata-se de uma localidade que continua saudavelmente motivada para a realização de iniciativas que reforçam a coesão social...

- Estivemos também presentes num almoço convívio, nos Simões, na Freguesia de Soure, onde estiveram cerca de 200 pessoas...

*** ACÇÃO SOCIAL**

No dia 26 de Outubro, em plena Sub-Região do Sicó, na Freguesia de Degracias, recebemos, com cumprimentos de boas vindas, representantes dos vinte e sete países da Carta da Europa, no Encontro Anual, este ano organizado pela Junta de Freguesia de Samuel ...

No dia seguinte, eu próprio, acompanhado pelos Senhores Vereadores, Dr. Santos Mota e Mário Jorge Nunes, representámos o Município de Soure, no jantar de encerramento desta iniciativa...

A propósito da Carta da Europa importará referir o seguinte: em 1989, houve um conjunto de Comunidades Rurais dos nove Países que então integravam a Comunidade Europeia, que acharam que era interessante criar, formalmente, uma Carta da Europa... Essa Carta da Europa integraria uma comunidade dita rural de cada um dos países membros, sendo que, entre outras iniciativas, se deveriam encontrar anualmente para trocar experiências e, por via dessa troca, melhorarem as suas respostas sociais às problemáticas locais... Na altura, a Freguesia de Samuel teve a dinâmica necessária e suficiente para ter sido a comunidade representativa de Portugal... Hoje, a Carta da Europa integra vinte e sete Comunidades Rurais, uma de cada um dos vinte e sete países membros da União Europeia... Em 2012, a exemplo do que

**20.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

já tinha acontecido em 2002, o Encontro Anual voltou a ter lugar em Portugal, naturalmente organizado pela Junta de Freguesia de Samuel...

Já em 2002, o Encontro Anual havia decorrido bem... Aliás, no ano seguinte, em 2003, estivemos em Poznan, Norte da Polónia e, em pleno decurso do Conselho Europeu de Municípios e Regiões, foi entregue à Junta de Freguesia de Samuel a “Estrela D’Ouro, a Golden Star, o galardão que distinguia a excelência, a qualidade e o encontro do ano anterior... Releve-se que, em 2003, estivemos na cerimónia de entrega dessa distinção ao Senhor Augusto Rainho, então Presidente da Junta de Freguesia de Samuel, e à Senhora Prof.^a Horácia Pedrosa, Presidente da Direcção da Associação Recreativa e Social de Samuel...

Agora, dez anos volvidos, parece-nos que o tema do Encontro Anual foi bem escolhido... tal como tive oportunidade de dizer no Sábado, numa altura em que a Europa, Portugal em particular, entre outros problemas, se confronta com o do decréscimo demográfico e o do agravamento do desemprego, consideramos feliz a escolha, como tema de reflexão, do papel decisivo das pequenas empresas familiares, na captação e fixação de pessoas e famílias nas áreas rurais... Tão importante como a escolha do tema, foi o terem percebido que mais do que o debaterem em salas fechadas, deveriam utilizar o chamado recurso à ilustração concreta, com visitas a Unidades Familiares que pudessem evidenciar, de forma inequívoca, que, de facto, essas empresas familiares são decisivas para fixar e atrair pessoas... A nosso ver, tratou-se de uma boa estratégia!!!... Julgamos que, quer a visita a uma unidade do Concelho vizinho da Figueira da Foz, uma Unidade Produtora de Arroz no Alqueidão, quer a visita à Frutorra, uma Unidade de Tecnologia Avançada, mas com mão-de-obra empregue, na Freguesia de Degraças, do Concelho de Soure, quer a visita a uma Queijeira nas Cotas, na Freguesia de Pombalinho, no Concelho de Soure... Foram três inequívocos bons exemplos de pequenas empresas familiares que têm, de facto, tido um papel decisivo no plano positivo para fixar pessoas e para criar emprego... Acima de tudo, tratou-se de um encontro que prestigiou Portugal, que prestigiou o Concelho de Soure, que afirmou a Freguesia de Samuel e que foi um contributo inequívoco para uma Europa que nós pretendemos, cada vez mais equilibrada e solidária!!!... É com exemplos destes, e não com aquilo que se está a passar em termos macro económicos e políticos na Europa, que podemos fazer com que isso aconteça... Foi “*um remar para o lado certo, contra ventos e marés*” onde fizemos uma afirmação positiva daquilo que devem ser os objectivos da Carta da Europa...”

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

*** COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

Estamos a terminar mais uma necessária e adequada intervenção, por administração directa, no lugar de Rolhão, uma pequena localidade da Freguesia de Soure, próxima de Paleão... Observe-se que, na localidade de Rolhão, foram recentemente licenciadas várias novas habitações, vivendas unifamiliares... Também pelas apostas que as pessoas fizeram nesses investimentos, faz todo o sentido que estejamos a melhorar as condições de drenagem e os arruamentos locais...

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “estive presente, com o Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, numa acção dinamizada pela EB1 da Vinha da Rainha, relacionada com o Dia da Alimentação e a importância do arroz na alimentação.

Estive também presente na estreia da Peça de Teatro “Tragicomédia do Pastor Albertino” pelo Grupo de Teatro Trai-Lá-Ró, apoiado no âmbito da Política Municipal de Cultural.

Estive presente, no dia 25 de Outubro, num concerto Comemorativo do Dia Mundial da Música pela Filarmónica Recreativa e Beneficente Vilanovense.

Embora o Dia Mundial da Música, seja a 1 de Outubro, esta Filarmónica não deixou de o celebrar.

No dia 27 de Outubro, representei o Senhor Presidente de Câmara no 17.º Festival Diocesano da Canção organizado pelo Secretariado Diocesano da Pastoral Juvenil e realizado no Pavilhão Desportivo da Encosta do Sol. Esteve presente nesta iniciativa o Reverendíssimo Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “no dia 24 de Outubro, representei o Município de Soure numa iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego sobre um Projecto Empreendedorismo Local que está a ser desenvolvido na região... Decorreu na Escola Joaquim Carvalho, na Figueira da Foz, e participaram dois Concelhos, Soure e Montemor-o-Velho. Estiveram presentes cinquenta alunos de cada Município. Pelo Concelho de Soure estiveram representados vinte e nove alunos da Escola Secundária Martinho Árias, doze do Instituto Pedro Hispano e nove do INTEP - Pólo de Soure. Participaram como voluntários, consultores convidados o Eng.º Ilídio Seco, a Dra. Fátima Nunes, o Eng.º José Lopes e o Dr. Paulo Simões. Tratou-se de um dia com desafios com os cem jovens, que foram distribuídos por dezassete equipas com quatro elementos,

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

onde apresentaram diversas ideias. Curiosamente as dezassete equipas tinham um desafio que tinha por título melhorar os espaços culturais e do património cultural dos dois Concelhos. Curiosamente a maior parte das propostas vieram para o Concelho de Soure. Uma das ideias que ganhou era revitalizar a zona termal, a importância da animação cultural num espaço para o turismo. Outros projectos, com várias ideias, eram animação no Espaço Soure 1111, o Parque dos Babelos e explorar o Restaurante da Várzea.”

O Senhor Presidente referiu que: “o que esperamos sempre de iniciativas ligadas ao empreendedorismo é que, de forma criativa e inovadora, nos ajudem a descortinar horizontes e a abrir janelas para possibilidades que melhorem tudo aquilo que nós já sabemos...”

Enfim, estamos sempre receptivos a eventuais novos contributos assentes na criatividade e imaginação, com sentido de responsabilidade... A mera abordagem, de forma recorrente, do que já estamos a perspectivar resolver, não nos parece que constitua uma mais valia...

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 19.07.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.2. - 30.07.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
. Auxílios Económicos 2012//2013

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: EDUCAÇÃO / ENSINO BÁSICO



Os Auxílios Económicos constituem uma modalidade de apoio sócio-educativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações para fazer face aos encargos com refeições, livros e outro material escolar, actividades de enriquecimento curricular e alojamento, relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

O Gabinete de Acção Social Municipal avaliou as Candidaturas apresentadas pelos Pais/Encarregados de Educação para a atribuição de Auxílios Económicos, destinados a comparticipar as despesas relativas à *aquisição de livros e material escolar*, de acordo com os valores fixados para o **Ano Lectivo 2012/2013** no Despacho n.º 11.886-A/2012, de 06 de Setembro, do Ministério da Educação e Ciência.

Este diploma legal aponta ainda para *a possível criação e gestão, em cada Agrupamento, nos termos a definir no respectivo Regulamento Interno, de uma Bolsa de Manuais Escolares destinada a apoiar os alunos considerados carenciados.*

Esta Bolsa é constituída pelos manuais escolares devolvidos pelos alunos que deles foram beneficiários e que se encontrem em estado de conservação adequado à sua reutilização, de acordo com as especificidades das disciplinas a que respeitam e o tipo de utilização para que foram concebidos, bem como por aqueles que sejam doados à Escola, designadamente por outros alunos, por intercâmbio entre Escolas ou sejam adquiridos com verbas próprias ou, para o efeito, postas à sua disposição por quaisquer Entidades Públicas ou Privadas.

Trata-se de um assunto que ainda está em avaliação, quer pelo Agrupamento, quer pelo próprio Gabinete de Acção Social Municipal, a aplicar, se possível, no próximo Ano Lectivo.

Assim, na Proposta que agora se apresenta, **são atribuídos Auxílios Económicos a 204 alunos do 1.º CEB**, o que se traduz num investimento global de **6.087,50 €**, verba

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

inscrita nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2012, de acordo com a seguinte distribuição:

				Número 609 (Total de Alunos)		Percentagem (%)		Valor Atribuído	Total
Candidaturas Apresentadas				258		42%			
Candidaturas Deferidas				204		33%			
Escalão A	1.º e 2.º Anos	39,60 €	39	82	(Escalão 1 do Abono de Família)	6%	13%	1.544,40 €	6.087,50 €
	3.º e 4.º Anos	45,80 €	43			7%		1.969,40 €	
Escalão B	1.º e 2.º Anos	19,80 €	71	122	(Escalão 2 do Abono de Família)	12%	20%	1.405,80 €	
	3.º e 4.º Anos	22,90 €	51			8%		1.167,90 €	
Candidaturas Indeferidas “Porque” nos Escalões 3, 4, 5 e 6 do Abono de Família				54					

No Escalão A estão inseridos 25 alunos com Necessidades Educativas Especiais/Deficiências, devidamente comprovados pelo Agrupamento de Escolas de Soure/Coordenação do Ensino Especial.

Neste quadro, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a presente **proposta de Auxílios Económicos**, referente ao **Ano Lectivo 2012/2013**, tendo em conta que a mesma poderá vir a ser ajustada à apresentação de novas Candidaturas, decorrente da reavaliação do escalão de rendimentos para a atribuição do abono de família aos agregados cuja situação socio-económica sofra alterações.

Esta proposta será também apresentada no próximo Conselho Municipal de Educação.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

11.10.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Despacho:

- De Acordo.
 - Proceder-se aos Pagamentos c/urgência, no imediato.
- ⇒ À Reunião de Câmara
2012.10.16
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

O Senhor Presidente referiu que: “a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, tem tido a preocupação responsável e saudável de, no início do Ano Lectivo, se fosse possível até antes, ocorrerem a aprovação e o pagamento dos Auxílios Económicos... Neste momento, os Auxílios Económicos às Famílias mais carenciadas já estão pagos, por isso trata-se de ratificarmos o Despacho de autorização...

Releve-se que, apesar do período reconhecidamente difícil, no plano social, que estamos a atravessar, este ano, no universo de alunos inscritos, 33,50% foram considerados com necessidade de apoio no que toca a Auxílios Económicos... No Ano Lectivo 2011/2012, tinham sido 28,5%; no Ano Lectivo 2010/2011 - 31,36%; no Ano Lectivo 2009/2010 - 33,60%... Isto é, a percentagem do Ano Lectivo em curso evidencia um agravamento, comparativamente com as dos dois anteriores, mas, ainda assim, é ligeiramente inferior à verificada em 2009/2010, há três anos atrás... Esta constatação significa que, apesar de tudo, Soure, Concelho, não constitui uma qualquer “Albânia” isolada da Europa... São visíveis os efeitos de tudo aquilo que está a correr mal na Europa e em Portugal em particular, mas, tem valores que são, apesar de tudo, não muito gravosos... Gostaria ainda de observar que, nestes 609 alunos, há 204 com apoios, os tais 33,50%, sendo que há alunos de todas as Freguesias, excepto da de Brunhós... Em termos de percentagem de alunos por Freguesia, aquela onde, em termos relativos, houve mais alunos a precisar de Auxílios Económicos, de acordo com o processo 2012/2013, foi a de Degracias - em 16 alunos, 10 alunos tiveram Auxílios Económicos, ou seja, 62,50% - ... Brunhós, ao contrário, em 5 alunos, 0 precisavam de Auxílios Económicos, isto é, nenhum... Já não em termos relativos, a Freguesia que, evidentemente, mais alunos teve a precisarem de Auxílios Económicos foi a de Soure.... A Freguesia de Soure, só por si, utilizou quase 30% de todos estes Auxílios Económicos... Concretamente, nos 200 alunos da Freguesia de Soure que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico, 60 precisaram de Auxílios Económicos... Por fim, refira-se que neste Ano Lectivo os Auxílios Económicos significam para a Câmara Municipal um esforço de cerca de 6.100,00 euros... Mas, o que importa é que continuamos a procurar atenuar/minorar as dificuldades de famílias com crianças a frequentar o 1.º Ciclo do Ensino Básico, que tenham, manifestamente, dificuldades sociais...”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente.-----

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Ponto 5. CULTURA

- . Eventual Classificação e Delimitação da Zona de Protecção Especial (ZPE) dos Vestígios Arqueológicos da Villa Romana da Quinta de São Tomé e Restante Conjunto de Imóveis, e da Capela Romana de São Tomé, Sítios na Freguesia de Vila Nova de Anços
- Proposta**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Proposta de eventual classificação dos vestígios arqueológicos da Villa Romana da Quinta de São Tomé e restante conjunto de imóveis

A Direção Regional de Cultura do Centro, através do ofício nº 1733/2012, de 16/08, solicita que a Câmara Municipal de Soure se pronuncie sobre a proposta de delimitação da zona de proteção especial (ZPE) de acordo com a cartografia que anexam.

Em 30 de maio de 2012 estive presente na Quinta de São Tomé, juntamente com técnicos do IGESPAR, para no local delimitarem a ZPE, que posteriormente seria proposta superiormente ao IGESPAR.

Os técnicos que realizaram os estudos, indicaram as zonas na envolvente da quinta onde foram encontrados vestígios arqueológicos, e indicaram limites para a ZPE de modo a salvaguardar a Villa Romana que existe no local.

Ficou acordado que, a planta seria enviada para a Câmara de Soure se pronunciar nos termos do nº 2 do artigo 41 do DL 309/2009, de 23/10.

Atendendo a que o processo de classificação dos imóveis e parte da quinta, foi despoletado por um dos proprietários, presume-se que pretende os tamponamentos e minimização de impactes construtivos e a salvaguarda dos solos arqueológicos, inerentes à proteção exigida pela classificação.

A Zona de Proteção Especial visa proteger e estabelecer as restrições adequadas à proteção e valorização de imóveis e solos abrangidos pela ZPE, e os contornos são definidos a partir de referências na paisagem, estradas, cursos de água, etc., de acordo com normas internas do IGESPAR.

Nos termos do artigo 51 do DL 309/2009, de 23/10, nas ZPE qualquer construção está sujeita a parecer prévio favorável do IGESPAR, de forma a garantir a continuidade da proteção exigida pela classificação.

Inclui-se nesta situação um eventual alargamento da estrada nacional 342-1, a ocorrer posteriormente à classificação, já que, o limite proposto para a ZPE é o muro da quinta, e a berma da estrada onde não existe muro.

Atendendo a que, numa futura intervenção da estrada será obrigatório o parecer prévio vinculativo do IGESPAR, para evitar a morosidade dos processos com intervenção daquela entidade, sugere-se que o limite da ZPE a nascente, seja fixado a 20 metros do eixo da estrada (conforme zona non aedificandi fixada para esta estrada pelo DL 13/94, de 15/01), em vez do proposto na cartografia anexa ao ofício nº 1733/2012, de 16/08.

Refira-se ainda que, na deslocação técnica de 30 de maio de 2012, indicaram os locais onde encontraram alguns vestígios arqueológicos para o lado do caminho-de-ferro, ou seja, a poente das casas.

Considerando:

- o teor do parecer jurídico em anexo que conclui que a competência para se pronunciar é da Câmara Municipal;
- que os limites apresentados na planta, têm por base estudos realizados pelo IGESPAR para salvaguarda dos vestígios arqueológicos da villa romana da Quinta de São Tomé;

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

Sugiro que a Câmara se pronuncie favoravelmente à classificação e delimitação da ZPE da Quinta de São Tomé e restante conjunto de imóveis, com a correção do limite a nascente para 20 metros ao eixo da EN 342-1 e mantendo os limites a norte, sul e poente propostos pelo IGESPAR.

Maria José O. Carvalhão – Eng^a
Chefe de Divisão de G.U.P.
25.10.2012

e

**Assunto: Regime Jurídico do Procedimento de Classificação dos Bens Imóveis de Interesse Cultural, e das Zonas de Protecção (Dec.- Lei n.º 309/2009 de 23/10);
Articulação prevista no artigo 41.º n.º 2
Competência**

Através do ofício n.º 1733/2012, de 16 de Agosto, vem a Direcção Regional de Cultura do Centro, solicitar à Câmara Municipal de Soure que se pronuncie acerca da proposta de eventual classificação dos vestígios arqueológicos da “Villa Romana” da Quinta de S. Tomé, conforme planta que anexa e remete.

Considerando os termos em que o pedido é formulado, pela Direcção Regional de Cultura do Centro, e o documento que é remetido, a solicitada pronúncia deverá consubstanciar-se numa tomada de posição acerca da proposta apresentada, nomeadamente de concordância, ou não, e eventualmente de sugestão de alterações ou recomendações.

Neste contexto, é solicitado parecer quanto à competência para exercer esta pronúncia, ou seja, se é uma competência da Câmara Municipal ou do Presidente da Câmara.

A intervenção da Câmara Municipal, no mencionado procedimento, vem regulada no artigo 41.º n.º 2 do Dec.-Lei n.º 309/2009, ao dispor que “A instrução do procedimento de definição de uma zona especial de protecção é realizada pelo IGESPAR, I.P., em articulação com a direcção regional de cultura territorialmente e com a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel, de forma que esta venha a constituir uma unidade autónoma de planeamento.”

Por outro lado, no que se refere especificamente às competências dos órgãos municipais, prevê a alínea m) do n.º 2 do artigo 64.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro que compete à Câmara Municipal “assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.”

Por seu lado, também cabe à câmara municipal, ao abrigo do artigo 64.º n.º 7 alínea d) do mesmo diploma, exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do artigo 41.º n.º 2 do Dec.-Lei n.º 309/2009, e da alínea m) do n.º 2, e alínea d) do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, compete ao órgão Câmara Municipal de Soure, pronunciar-se acerca da proposta de eventual classificação dos vestígios arqueológicos da “Villa Romana” da Quinta de S. Tomé, apresentada pela Direcção Regional de Cultura do Centro.

À consideração superior,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
16 de Outubro de 2012

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal de Soure não poderia estar mais de acordo com a classificação dos vestígios arqueológicos da Villa Romana e restante conjunto de imóveis, Capela Romana de São Tomé, sitos na Freguesia de Vila Nova de Anços... Mas, não pode deixar de manifestar a sua completa

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

discordância com a delimitação da Zona de Protecção Especial no que toca ao limite a nascente junto à EN 342-1 porque, a manter-se como o previsto, é manifestamente anti-social.”

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reprovou a Proposta, pois não obstante estar de acordo com a Classificação dos Vestígios Arqueológicos da Villa Romana da Quinta de São Tomé e Restante Conjunto de Imóveis, e da Capela Romana de São Tomé, Sítos na Freguesia de Vila Nova de Anços, não pode deixar de Manifestar a sua Completa Discordância com a Delimitação da ZPE, no que toca ao Limite a Nascente, Junto à EN 342-1, que, como está previsto, é Anti-Social.----

Ponto 6. CULTURA

- . Grupo 245 - Escoteiros de Soure
- Agradecimento

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL

- . HABITAÇÃO SOCIAL // APOIO AO ARRENDAMENTO

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL

- . HABITAÇÃO SOCIAL // APOIO AO ARRENDAMENTO

A Rede Social do Concelho de Soure, designadamente, através do Serviço Local de Segurança Social e do Gabinete de Acção Social Municipal, tem procedido ao acompanhamento directo e sistemático de um agregado familiar, residente em Soure.

Após análise da caracterização socio-económica desta família, constata-se uma forte vulnerabilidade, a qual poderá ser minimizada com a atribuição de um Apoio Económico ao Arrendamento da Habitação.

Neste quadro, estando a ser ultimada, pelo Gabinete de Acção Social, uma Proposta de Regulamento para atribuição de Apoio ao Arrendamento, propõe-se que, no âmbito da Habitação Social/Apoio ao Arrendamento, rubrica prevista nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

Orçamento para 2012, a Câmara Municipal aprove, excepcionalmente, um apoio mensal correspondente a 50% do valor da renda (275€), isto é, de 137,50€.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
22.10.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 8. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
. CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL - CONCLUSÃO
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **31.03.2011**, à empresa **Construções A. Martins Rodrigues, Lda**, pelo valor de **209.869,44 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
24.10.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 9. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

**. ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- E.D.P. Distribuição - Energia, S.A.**

9.1. Ampliação de Rede de IP, Degracias

Foi tomado conhecimento.-----

**9.2. Ampliação de Rede de BT Subterrânea com IP Associada, Largo das Escolas,
Granja do Ulmeiro**

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

**. CASAS MORTUÁRIAS - CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO
- DAS FREGUESIAS – Comparticipações//2012 - (2)**

Foi presente a seguinte Proposta:


HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

CASAS MORTUÁRIAS

CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO

DAS FREGUESIAS - Comparticipações // 2012 - (2)

Proposta

ENTIDADE	Transferência de Capital
	20.000,00 €

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2012.10.19

* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho
do Exmo Senhor Presidente da Câmara, de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 11. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**
- . Substituição de Tubagem nas Quatro Lagoas (Freguesia de Pombalinho)**
- Escolha de Procedimento Prévio**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA

CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

SUBSTITUIÇÃO DE TUBAGEM NAS QUATRO LAGOAS (FREGUESIA DE POMBALINHO)

ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o **preço base** é de **4.908,69 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **03.03.07.03.03.07** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **08.001 2012/150**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Pinto & Brás, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
16.10.2012

Despacho:

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

. Ao D.O.U.

Considerando a “Premência” Social, proceda-se de imediato em conformidade.

. À Reunião de Câmara.

2012.10.16

(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

e

Assunto: Água

Conservação / Reparação da Rede Existente

Substituição de tubagem nas Quatro Lagoas (Freguesia de Pombalinho)

O fornecimento de água ao lugar de Quatro Lagoas não tem vindo a ser efetuado de forma satisfatória, devido a problemas de incrustação de calcário no interior das tubagens.

Por forma a minimizar os problemas causados à população, torna-se urgente proceder à substituição da referida tubagem em cerca de 320m de comprimento.

Assim, sugerimos que estes trabalhos sejam adjudicados recorrendo à figura do ajuste direto, à firma Pinto e Brás, Lda., por apresentar disponibilidade imediata. Estima-se que esta intervenção tenha um valor 4.908, 69 Euros + Iva.

À consideração superior
(Evaristo Duarte, Técnico)
2012-10-15

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente.-----

Ponto 12. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO

. Edifício Destinado a Restaurante sito no Jardim da Várzea

. Antiga Casa da Moagem

- Arrendamento

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Desenvolvimento Económico / Turismo

Domínio Privado do Município de Soure

- Arrendamento

. Edifício destinado a restaurante sito no jardim da Várzea

. Antiga Casa da Moagem

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Município de Soure é proprietário de dois imóveis urbanos situados na zona do parque da Várzea na Vila de Soure, designadamente, o edifício do restaurante a “Várzea”, inscrito na Matriz predial urbana da freguesia de Soure sob o artigo 5832, e o edifício da “Antiga Casa da Moagem”, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Soure sob o artigo 65 e descrito na Conservatória do Registo predial sob o n.º6705.

De acordo com a avaliação dos serviços técnicos os imóveis têm o seguinte valor:

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

Artigo 5832: Valor do prédio: €90.000,00 – Arrendamento: €450,00/mês

Artigo 65: Valor do prédio: €25.000,00 – Arrendamento: €125,00/mês

Os imóveis supracitados integram o domínio privado do Município de Soure não desempenhando presentemente qualquer finalidade de interesse municipal.

Surgiram, entretanto, algumas manifestações de vontade, por parte de alguns empresários, em reabrir o restaurante “A Várzea”, complementando essa finalidade com a abertura, na “Antiga Casa da Moagem”, de um espaço/loja destinado à comercialização de produtos tradicionais característicos do concelho de Soure, bem como da utilização de parte do imóvel como complemento habitacional para quem venha a explorar os dois espaços em conjunto.

Deste modo, torna-se pertinente abrir procedimento administrativo, por forma a submeter ao mercado concorrencial a solicitação de candidaturas e propostas para a utilização dos referidos prédios.

Regime Jurídico e competência

Os municípios possuem autonomia financeira que se repercute, nomeadamente, na faculdade de gerir o seu próprio património bem como aquele que lhe seja afecto – cfr. al. f) do n.º 2 do art.º 3º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Os dois prédios supra mencionados pertencem ao domínio privado do Município de Soure.

Nos termos da alínea f) do n.º1 do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18/09, compete à Câmara Municipal, deliberar sobre a alienação ou oneração de bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, ou seja €343.280,00.

Por outro lado, não se trata de uma concessão de serviços públicos, pelo que a figura jurídica aplicável, será o arrendamento urbano, previsto e regulado nos artigos 1022.º a 1113.º do Código Civil.

Escolha do Procedimento Administrativo

No que tange ao procedimento para o arrendamento, desde logo não é aplicável o Código dos Contratos Públicos, sendo que nenhuma legislação especial existe para os Municípios.

No entanto, em obediência ao princípio da transparência da atividade da administração pública, importa adotar um procedimento que garanta aquele princípio.

Deste modo, poderá recorrer-se ao regime jurídico do arrendamento de imóveis do estado, previsto nos artigos 59.º a 66.º do Dec.-Lei n.º280/2007, de 7 de Agosto, o qual é realizado, preferencialmente por negociação, com publicação prévia de anúncio, ou por ajuste direto, em casos especiais e por razões de interesse público.

Em face do atrás exposto, sugere-se que a Câmara Municipal delibere:

- A abertura de procedimento para o arrendamento, através da negociação, com publicação prévia de anúncios, dos urbanos situados na zona do parque da Várzea na Vila de Soure, a referir, o edifício do restaurante a “Várzea”, inscrito na Matriz predial urbana da freguesia de Soure sob o artigo 5832, e o edifício da “Antiga Casa da Moagem”, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Soure sob o artigo 65 e descrito na Conservatória do Registo predial sob o n.º6705, constantes do Anexo I;

- Fixar o prazo do arrendamento em **2 anos**, renováveis, tácita e sucessivamente, por períodos de um ano, sem prejuízo do exercício do direito da oposição à renovação;

- Fixar o valor mínimo da renda em **€575,00**;

- A aprovação do **Programa de Procedimento** em anexo;

- A aprovação do **Caderno de Encargos** em anexo;

- **A aprovação de uma Comissão composta pelos seguintes 5 elementos, um dos quais designado seu presidente:**

Vereador Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, Presidente;

Técnico Superior Dr. Gil António Contente Soares, Vogal Efetivo;

Técnico Superior Dr. Ivo Costa, Vogal Efetivo;

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Chefe de Divisão Eng.º Mário Monteiro, Vogal Suplente;

Técnico Superior Dr. Fernando Cavacas, Vogal Suplente.

Face ao valor dos prédios, o órgão competente para proceder ao seu arrendamento é a Câmara Municipal, por força da al. f) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

À consideração superior,
Os Juristas,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
(Gil Soares, Dr.)
23-10-2012

ANEXO I

PRÉDIOS URBANOS

- a) Edifício de rés-do-chão, composto de uma sala destinada a restaurante, uma cozinha, 2 casas de banho, arrecadação e terraço, com a superfície coberta de 156 m2 e logradouro de 79 m2, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Soure, sob o artigo 5832;
- b) Casa de fachada caiada, de pedra, com três andares, e azenha de farinha de milho, com a superfície coberta de 84 m2 inscrita na matriz predial urbana da freguesia de Soure, sob o artigo 65, e descrito na conservatória do Registo Predial de Soure sob o n.º 6705;

e

**Assunto: Edifício Restaurante da Várzea
- Atribuição de valor**

De acordo com solicitação superior, procedeu-se a avaliação dum prédio urbano - Artigo Matricial 5832, da freguesia de Soure - onde, em tempos, funcionou o restaurante da Várzea.

O método utilizado tem como base a fórmula de cálculo do Valor Patrimonial Tributário e respectivos coeficientes, definida no Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI).

Características do prédio:

1. Tipo de prédio - Edifício;
2. Afetação - Comércio;
3. Área bruta de construção = 175,00 m2;
4. Área bruta dependente = 0,00 m2;
5. Área de implantação = 175,00 m2;
6. Área total do terreno = 235,00 m2;

É meu entendimento que um valor de **90.000,00 Euros**, será um valor justo para o referido prédio.

Sendo um valor razoável para o seu arrendamento, corresponde a 5% do anterior, **450,00 €**.

À consideração superior.
(Mário Monteiro, Eng. Civil)
2012.10.23

e

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

Assunto: **Edifício "Casa do Moinho"**
- Atribuição de valor

De acordo com solicitação superior, procedeu-se a avaliação dum prédio urbano - Artigo Matricial 65, da freguesia de Soure - onde, em tempos, funcionou a "antiga casa de moagem".

O método utilizado tem como base a fórmula de cálculo do Valor Patrimonial Tributário e respectivos coeficientes, definida no Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI).

Características do prédio:

1. Tipo de prédio - Edifício;
2. Afetação - Habitação;
3. Área bruta de construção = 120,00 m²;
4. Área bruta dependente = 45,00 m²;
5. Área de implantação = 84,00 m²;
6. Área total do terreno = 84,00 m²;

É meu entendimento que um valor de **25.000,00 Euros**, será um valor justo para o referido prédio.

Sendo um valor razoável para o seu arrendamento, corresponde a 5% do anterior, **125,00 €**.

À consideração superior.
(Mário Monteiro, Eng. Civil)
2012.10.23

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Arrendamento destes Imóveis, através de Negociação, com Publicação Prévia de Anúncios, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

Ponto 13. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . RECARGAS
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Figueiró do Campo
- . Casal do Facho e Rua das Alagoas
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**
RECARGAS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
CASAL DO FACHO E RUA DAS ALAGOAS
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **29.02.2012**, à empresa **Cidadepontual, S.A.**, pelo valor de **57.810,50 €**, acrescido de IVA.

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº.)
16.10.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 14. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTRAS RECARGAS
- . ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA
- . Casal dos Bacelos e Porto Godinho
 - Homologação de Auto de Vistoria (Libertação Parcial de Caução)

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE VINHA DA RAINHA
ARRUAMENTOS EM CASAL DOS BACELOS E PORTO GODINHO
LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **25.08.2008**, à empresa **Sociedade de Construções Elimur, Lda**, pelo valor de **147.650,00 €**, acrescido de IVA.

O auto de recepção provisória foi homologado em reunião de Câmara por deliberação de 17.09.2009.

De acordo com o auto em anexo, estão reunidas as condições necessárias à autorização da libertação solicitada.

Assim, propõe-se:

- a) A homologação do auto de vistoria em anexo;
- b) A libertação de 75 % do valor das cauções da obra.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº.)
24.10.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Vistoria, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . Estacionamento para Órgãos de Comunicação Social
 - Atribuição de dois Lugares

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: Atribuição de Lugares de Estacionamento para Órgãos de Comunicação Social
- Largo Conde Ferreira**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A RCPS – Soure FM Unipessoal Lda, com sede no Largo Conde Ferreira, na Vila de Soure, vem solicitar a criação de dois lugares de estacionamento destinados às viaturas da Rádio Popular e do Jornal “O Popular de Soure”.

No âmbito da regulação do trânsito, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O Regulamento Municipal de Trânsito para a Vila de Soure prevê no nº 4 do artigo 16º a fixação de um parque de estacionamento no Largo Conde Ferreira, previsão essa que se mantém na proposta do novo Regulamento de Trânsito, aprovada em reunião do Executivo Municipal, de 14 de Setembro de 2012.

No caso em apreço, existe um regime legal especial que permite a circulação e o estacionamento de viaturas utilizadas por jornalistas no exercício das respectivas funções, conforme o previsto no nº 5 do artº 10º da Lei nº 1/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei nº 64/2007, de 6 de Novembro.

Assim, em concretização daquela previsão legal, estipula o nº 2 da Portaria nº 480/99, de 30 de Junho, que “*Nos locais onde a actividade jornalística é exercida regularmente e se verifiquem dificuldades de estacionamento as câmaras municipais que criem lugares de estacionamento autorizado destinados a veículos afectos ao serviço de jornalistas no exercício das suas funções devem utilizar para o efeito o painel adicional de modelo 10a ou 10b, constante do Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de outubro, com a inscrição «PRESS».*”

Acrescenta o nº 3 da Portaria que os veículos afectos à actividade jornalística devem ser identificados por meio de um dístico, emitido pelo Instituto da Comunicação Social, contendo a palavra «PRESS», o qual deve ser colocado junto ao pára-brisas, de forma a ser visível do exterior.

Face ao atrás exposto, concluímos:

1- A Câmara Municipal poderá deliberar pela atribuição dos dois lugares de estacionamento destinados a veículos afectos ao serviço de jornalistas no exercício das suas funções, nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 2 da Portaria nº 480/99, de 30 de Junho.

Esta competência, conforme o previsto no nº 1 do artº 65º, foi delegada no Presidente da Câmara, por deliberação de 6 de Novembro de 2012, e subdelegada nos Vereadores através dos despachos proferidos na mesma data.

2. No caso de a decisão ser favorável à colocação da sinalização solicitada a mesma deverá ser aplicada em conformidade com as especificações técnicas constantes do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro, alterado pelos Decretos Regulamentares nºs 41/2002, de 20 de Agosto, 13/2003, de 26 de Junho, e 2/2011, de 3 de Março, e pelo Decreto-Lei nº 39/2010, de 26 de Abril.

À superior consideração,
O Técnico Superior,

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

(Gil Soares, Dr.)
18-09-2012

Despacho:
Ao D.O.U.
Ao c/Sr. Chefe de Divisão,
Eng.º Mário Monteiro
2012.09.20
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

Despacho:
Propõe-se a colocação de dois conjuntos
de sinais (H1a + Modelo b) no local assinalado
na planta em anexo.
À consideração superior.
2012.10.04
(Mário Monteiro, Eng.º - Chefe de D.O.P.M.)

Despacho
À Reunião de Câmara
2012.10.09
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar dois lugares de Estacionamento, conforme decorre da
informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 16. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012
- Apreciação de Propostas de Alteração - 9.ª/9.ª - .**

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas
(2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração -
9.ª/9.ª - .*-----

**Ponto 17. RECURSOS HUMANOS
. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- Contratação de Serviços Externos**

17.1. Escolha de Procedimento Prévio

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: RECURSOS HUMANOS
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS
. PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Ex^a. a aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha do Procedimento Prévio

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, no regime simplificado, uma vez que o preço base é de 4.500,00 € euros, inferior ao limite máximo de 5.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cfr. artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 01.02.02.02.20.

2. Processo

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. Consultar a Seguinte Entidade

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114.º do CCP, à seguinte empresa:

. Seghisa - Gabinete Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.

4. Júri

Uma vez que se trata do regime simplificado, de acordo com o artigo 128.º do CCP, está dispensada a criação de Júri para análise da proposta.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
07.05.2012

DESPACHO:
De acordo.
À Reunião de Câmara.
O Vereador*
(Américo Nogueira)
08.05.2012

***20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012***

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despacho de 06.11.2009

e

Assunto: Contratação de empresa prestadora de serviços de medicina do trabalho

A necessária e indispensável continuidade dos atos desenvolvidos pelos Serviços Externos de Segurança Higiene e Saúde, enquadra-se na exigência regulamentar legal, tratando-se de um serviço que, neste âmbito, visa proteger o bem-estar dos Recursos Humanos do Município, assim como de todos os seus utilizadores.

É, portanto, em matéria de necessidades, um serviço de “1.ª linha” na área dos Recursos Humanos.

Encontramo-nos num processo de estudo e avaliação que culminara, naturalmente, com uma proposta mais ajustada e atualizada, a apresentar no prazo máximo de 5 meses, até final de Setembro do corrente ano.

Assim, por forma a garantir a continuidade destes serviços, até a correspondente aprovação dessa proposta sugerimos o recurso ao ajuste direto, com a adjudicação para os referidos trabalhos à empresa **Seghisa**, pelo valor total de **4.500,00 €**.

À superior consideração,
O Técnico Superior de S.H.S.T.
(Mauro Alegre, Eng.)
04.05.2012

DESPACHO:
DAGFRH
Ao c/Ivo Costa, Dr.
para informação.
O Vereador*
(Américo Nogueira)
07.05.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vereador, Américo Nogueira.-----

17.2. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: RECURSOS HUMANOS
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO**

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS
. ADJUDICAÇÃO**

Por despacho, de 08.05.2012, do Sr. Vereador Américo Nogueira, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

Empresa	Valor
Seghisa - Gabinete Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda	4.484,03 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido (4.500,00 €), sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, é dispensada a redução a escrito do contrato do presente serviço.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103.º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A dispensa de audiência prévia;
2. A adjudicação do presente serviço à empresa “Seghisa - Gabinete Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.”;
3. Autorização para a realização da despesa no valor de 4.484,03 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
14.05.2012

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vereador, Américo Nogueira.-----

Ponto 18. REFORMA JUDICIÁRIA

- Projecto de Lei de Organização do Sistema Judiciário
- Projecto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Reforma Judiciária

- **Projeto de Lei de Organização do Sistema Judiciário**
- **Projeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Ministério da Justiça, dentro da fase de audição dos interessados, remeteu aos municípios os projetos de diploma legal de Organização do Sistema Judiciário e do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais na sequência da discussão sobre o documento intitulado **“Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária”** que veio substituir / reformular o inicial **“Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária”**, decorrendo estas audições até 31 de Outubro.

A Reforma Judiciária vertida nestes projetos de diploma legal traduz-se, assim, numa terceira versão, que começou com o **“Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária”** e **“evoluiu”** para as **“Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária”**, documentos já anteriormente analisadas na nossa informação de 20/06/2012, presente às reuniões da Câmara e Assembleia Municipais de 27 e 29 de Junho, respetivamente.

I- Súmula sobre as anteriores Propostas de Reforma Judiciária

O modelo inicialmente apresentado (**Ensaio para reorganização da estrutura judiciária**) propunha a criação de 20 comarcas, que corresponderia aos Distritos Administrativos e Regiões Autónomas, procurando uma identificação com a restante organização territorial dos Serviços Públicos.

No caso concreto do Tribunal de Soure, propunha-se a sua extinção agregando-o ao Tribunal de Montemor-o-Velho.

No que concerne ao Distrito de Coimbra, na sua globalidade, aquele documento preconizava, para além do tribunal de Soure, a extinção dos tribunais de Penacova, Mira, Pampilhosa da Serra, Penela e Tábua.

O estudo inicial, como referimos na introdução, evoluiu para uma nova proposta materializada no documento designado por **“Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária”**, dado a conhecer pelo Ministério da Justiça, no passado dia 15 de Junho de 2012.

Concretamente, em termos nacionais, apontava-se para a passagem de 231 tribunais de comarca e 77 tribunais de competência especializada, para 23 tribunais judiciais de comarca.

Propunha-se, assim, a extinção de 54 tribunais e a criação de 27 extensões judiciais.

Concretizando, no caso do Distrito de Coimbra, teríamos:

1- INSTÂNCIA CENTRAL

1.1 Secções cíveis e secções criminais, localizadas em Coimbra

1.2 Secções de competência especializada

1.2.1 Duas secções de Trabalho; localizadas em Coimbra e Figueira da Foz.

1.2.2 Secção de Execução; localizada em Coimbra.

1.2.3 Secção de Comércio; localizada em Coimbra.

1.2.4 Secção de Instrução Criminal; localizada em Coimbra.

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

1.2.5 ***Duas Secções de Família e Menores***; localizadas em Coimbra e F. Foz.

1.2.6 ***Secção de Execução de Penas***; localizada em Coimbra.

2- INSTÂNCIAS LOCAIS

2.1 ***Tribunal de Coimbra*** (secção de competência cível e seção de competência criminal)

Seriam extintos e agregados ao tribunal de Coimbra os tribunais de:

- ***Soure*** (passaria a ter uma extensão judicial)

- ***Pampilhosa da Serra*** (passaria a ter uma extensão judicial)

2.2 ***Tribunal da Figueira da Foz*** (secção de competência cível e seção de competência criminal)

Seria extinto e agregado ao tribunal da Figueira da Foz, o tribunal de:

- ***Mira*** (passaria a ter uma extensão judicial)

2.3 ***Tribunal de Arganil*** (secção de competência genérica)

2.4 ***Tribunal de Cantanhede*** (secção de competência genérica)

2.5 ***Tribunal de Condeixa-a-Nova*** (secção de competência genérica)

Seria extinto e agregado ao tribunal de Condeixa, o Tribunal de Penela.

2.6 ***Tribunal da Lousã*** (secção de competência genérica)

2.7 ***Tribunal de Montemor-o-Velho*** (secção de competência genérica)

2.8 ***Tribunal de Oliveira do Hospital*** (secção de competência genérica)

2.9 ***Tribunal de Penacova*** (secção de competência genérica)

2.10 ***Tribunal de Tábua*** (secção de competência genérica)

3- EXTENSÕES JUDICIAIS

No Distrito de Coimbra estavam propostas a criação de três extensões judiciais, a saber:

- ***Mira; Pampilhosa da Serra e Soure.***

Em suma, particularizando a situação do Tribunal da Comarca de Soure, nas “Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária” este seria extinto, sendo agregado ao Tribunal de Coimbra e já não ao de Montemor-o-Velho.

Por outro lado, seria criada nas instalações do atual tribunal uma extensão judicial, configurada como local de atendimento ao público, prestado por oficiais de justiça, com acesso integral ao sistema de informação do tribunal e com competência para rececionar articulados e documentos, prestar informações e acompanhar testemunhas ouvidas através de videoconferência.

Não era atribuído às extensões judiciais a titularidade do exercício da função jurisdicional, todavia sempre que instaladas em edifício onde anteriormente funcionou um tribunal, como é o caso de Soure, nelas poderiam ser realizadas audiências de julgamento ou alguma sessão de julgamento quando o Juiz titular do processo a correr termos numa instância central ou local entendesse, justificadamente, fazê-lo.

II- Projeto de diploma legal sobre a Organização do Sistema Judiciário

Esta última versão da reforma judiciária materializou-se neste projeto de lei de Organização do Sistema Judiciário complementado com um projeto de decreto-lei que estabelece o novo Regime de Organização e

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

Funcionamento dos Tribunais Judiciais e, numa fase posterior, com a revisão dos Estatutos Profissionais, culminando com a revisão, em curso, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Estas propostas de diploma agora produzidas pelo Ministério da Justiça apresentam como principais linhas estruturantes:

1- Alargamento da base territorial das circunscrições territoriais

Pretende-se uma nova matriz territorial das circunscrições judiciais agregando as atuais comarcas em áreas territoriais de âmbito mais alargado, coincidindo, em regra, os **distritos administrativos com as novas comarcas**, abandonando-se o critério preconizado na Lei nº 52/2008, de 28 de Agosto, que era o das NUTS III como mecanismo de divisão das circunscrições judiciais, assim, **em regra, cada distrito administrativo = 1 comarca = 1 Tribunal Judicial de 1ª instância**.

Em síntese, propõe-se a divisão do território nacional, para efeitos de organização dos tribunais judiciais, em 23 comarcas, sendo uma delas COIMBRA, sendo a sede e a área territorial definidas no Regime da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

No que concerne à circunscrição dos Tribunais da Relação, abandona-se a referência aos distritos judiciais, e a competência territorial é aferida por referência aos agrupamentos de comarca.

2- Estrutura e Organização do Tribunal Judicial de 1ª Instância

A Organização do Tribunal Judicial de 1ª Instância é composta por Instâncias Centrais, localizadas na sede do Distrito administrativo e Instâncias Locais, sendo que dentro destas últimas foram criadas algumas Secções de Proximidade.

2.1- INSTÂNCIAS CENTRAIS

A competência territorial é a da área geográfica da Comarca.

A Instância Central é composta por:

2.1.1- Secções Cíveis

- Julgam questões cíveis de valor superior a 50.000€ e exercem, nas ações executivas fundadas em título que não seja judicial, de valor superior a 50.000€, as competências previstas no Código Processo Civil, em circunscrições não abrangidas pelas competências de outra secção.

- Preparam e julgam os procedimentos cautelares a que correspondam ações da sua competência.

Vide artº 108º do projeto lei.

2.1.2- Secções Criminais

Tramitam e julgam crimes da competência do Tribunal coletivo ou de Júri – **vide artº 109º do projeto lei.**

2.1.3- Secções de competência especializada

- **Comércio** (competência prevista no artº 120º);

- **Execução** (competência prevista no artº 121º);

- **Família e Menores** (competência prevista nos artºs 113º, 114º, 115º);

- **Instrução Criminal** (competência prevista nos artºs 110º, 111º);

- **Trabalho** (competência prevista nos artºs 117º, 118º);

As secções de competência especializada podem ficar situados na sede da comarca ou noutros municípios da circunscrição e têm, em regra, competência territorial que abrange mais que um município, podendo, no entanto, ter competência para toda a comarca.

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

2.2 - INSTÂNCIAS LOCAIS

2.2.1- Secções de Competência Genérica do Tribunal Judicial de 1ª Instância

-Tramitam e julgam as causas não atribuídas à Instância Central e aos tribunais de competência territorial alargada.

- Procedem à instrução criminal, decidindo quanto à pronúncia e exercem as funções jurisdicionais relativas ao inquérito, onde não houver secção de instrução criminal ou juiz de instrução criminal,

- Exercem outras competências também previstas no artº 123º do projeto lei.

As secções de competência genérica podem ser desdobradas em secções cíveis e em secções criminais e estas últimas ainda podem desdobrar-se em secções de pequena criminalidade.

2.3 - SECÇÕES DE PROXIMIDADE

As secções de proximidade fazem parte integrante da Instância local.

Nelas exercem funções oficiais de justiça que têm acesso ao sistema de informação processual do tribunal, e com competência para prestar informações de carácter geral ou processual, rececionar papéis, articulados e outros documentos destinados a processos que corram termos em qualquer secção da comarca, operacionalizar e acompanhar as diligências de audição através de videoconferência e praticar outros atos determinados pelos órgãos de gestão da comarca.

Não se atribui a estas unidades a titularidade do exercício da função jurisdicional, mas nelas podem ser praticados atos jurisdicionais e realizadas audiências ou sessões de julgamento.

Vide nº 4 do artº 123º do projeto lei.

3- Novo modelo de gestão das comarcas

A gestão de cada tribunal judicial de 1ª instância é assegurado por um Conselho de Gestão, centrado na figura do Juiz Presidente, composto por uma estrutura tripartida:

- i) **Juiz Presidente;** Nomeado em comissão de serviço pelo Conselho Superior da Magistratura.
- ii) **Magistrado do Ministério Público Coordenador;** Nomeado em comissão de serviço pelo Conselho Superior do Ministério Público que dirigir os serviços do Ministério Público na comarca.
- iii) **Administrador judiciário;** Nomeado em comissão de serviço pelo Presidente do Tribunal, por escolha de entre elementos propostos pelo Ministério da justiça.

Cada membro do Conselho de Gestão tem competências próprias havendo algumas matérias reservadas ao Conselho de Gestão, designadamente as relativas à colocação de pessoal e á definição de lugares a preencher na comarca.

III- Aplicação da nova Organização Judiciária no distrito administrativo de Coimbra

COMARCA DE COIMBRA

Sede: Coimbra

Circunscrição territorial: Municípios de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova Poiares.

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

Tribunal da Relação de Coimbra:

Abrange as comarcas de Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

O Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra integra as seguintes **Secções de INSTÂNCIA CENTRAL**:

- a) **Secção Cível**, com sede em Coimbra;
Área Territorial: Distrito de Coimbra.
- b) **Secção Criminal**, com sede em Coimbra.
Área territorial: Distrito de Coimbra.
- c) **1ª Secção do Trabalho**, com sede em Coimbra.
Área territorial: Municípios de Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Miranda Corvo, Oliveira Hospital, Pampilhosa Serra, Penacova, **Soure**, Tábua e Vila Nova Poiares.
- d) **2ª Secção do Trabalho**, com sede em Figueira da Foz.
Área territorial: Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho.
- e) **1ª Secção de Família e Menores**, com sede em Coimbra.
Área territorial: Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Miranda Corvo, Oliveira Hospital, Pampilhosa Serra, Penacova, **Soure**, Tábua e Vila Nova Poiares.
- f) **2ª Secção de Família e Menores**, com sede em Figueira da Foz.
Área territorial: Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho.
- g) **Secção de Execução**, com sede em Coimbra.
Área territorial: Distrito de Coimbra.
- h) **Secção de Instrução Criminal**, com sede em Coimbra.
Área territorial: Distrito de Coimbra.
- i) **Secção do Comércio**, com sede em Coimbra, a instalar provisoriamente em Montemor-o-Velho.
Área territorial: Distrito de Coimbra.

O Tribunal Judicial da comarca de Coimbra integra ainda as seguintes **secções de INSTÂNCIA LOCAL**:

- a) **Secções de competência genérica**, com sede em Arganil (Arganil e Góis), Cantanhede, Condeixa-a-Nova (Condeixa e Penela), LOUSÃ (Lousã, Miranda Corvo e Pampilhosa Serra), Montemor-o-Velho, Oliveira do hospital, PENACOVA (Penacova e V.N.Poiães), Tábua.
- b) **Secções de competência genérica, desdobradas em matéria cível e criminal**, com sede em Coimbra (Coimbra e Soure) e Figueira da FOZ (Figueira Foz e Mira).

Nas INSTÂNCIAS LOCAIS estão, ainda, previstas a criação de **secções de proximidade** com sede em:

- SOURE;
- MIRA;
- PAMPILHOSA DA SERRA.

IV- Aplicação concreta da Reforma Judiciária ao Município de Soure

1- O Tribunal da comarca de Soure é extinto sendo agregado á secção de Instância Local de Coimbra, que é uma secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, sendo que na proposta original essa agregação era com o Tribunal de Montemor-o-Velho e nas “Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária” essa agregação já era feita com o Tribunal de Coimbra.

2- Nas “Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária” era proposto a criação em Soure de uma extensão judicial, agora, no **projeto lei**, é prevista a criação de uma **secção de proximidade**, com as seguintes funções:

- Prestar informações de carácter geral;

20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 30 de Outubro de 2012

- Prestar informações de carácter processual, no âmbito da respetiva comarca, em razão do especial interesse nos atos ou processos, desde que observados as limitações previstas na lei para a publicidade do processo e segredo de justiça;
- Proceder á receção de papéis, documentos e articulados destinados a processos que corram ou tenham corrido termos em qualquer secção de comarca em que se inserem;
- Operacionalizar e acompanhar as diligências de audição através de videoconferência;
- Praticar os atos que venham a ser determinados pelos órgãos de gestão, incluindo o apoio à realização de audiências de julgamento.

Vide nº 4 do artº 123º do projeto de lei.

CONCLUSÃO

Face ao atrás exposto, constatamos não se verificar no atual projeto de diploma legal para a Reforma Judiciária quaisquer alterações substanciais/relevantes relativamente à proposta anterior (Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização judiciária).

Assim, salvo melhor opinião, entendemos que se mantêm atuais e válidos os fundamentos invocados nas moções de censura aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de 17/02/2012 e 30/07/2012 e Assembleia Municipal de 28/02/2012 e 27/09/2012, podendo o Município, na fase de audições, a decorrer até 31 de Outubro, caso superiormente assim se determine, reiterar / reforçar a sua posição sobre a Reforma Judiciária em curso.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
24-10-2012

O Senhor Presidente referiu que: “o Ministério da Justiça começou por apresentar, um “Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária”... nós aprovámos uma Moção de Censura a esse Ensaio que apontava para o fecho do Tribunal de Soure... Depois apresentou as “Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária”, onde Soure já não fechava, mas “ficava” como uma Extensão Judicial... nós aprovámos uma nova Moção de Censura...

Agora apresentam o Projecto de Lei de Organização do Sistema Judiciário... se leram a informação do Gabinete Jurídico, basicamente o que refere é que, a ser aprovado, o Tribunal de Soure não fecha, mas fica como uma secção de proximidade do Tribunal de Coimbra... Ainda assim, parece-nos que se mantêm quase todos os pressupostos que nos levaram a aprovar uma Moção de Censura sobre as Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária... Aliás, a conclusão da informação/parecer do Gabinete Jurídico diz: *“constatamos não se verificar no actual projecto de diploma legal para a Reforma Judiciária quaisquer alterações substanciais/relevantes relativamente à proposta anterior (Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária)... salvo melhor opinião, entendemos que se mantêm actuais e válidos os*

**20.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 30 de Outubro de 2012**

fundamentos invocados nas Moções de Censura aprovadas nas Reuniões do Executivo Municipal de 17/02/2012 e 30/07/2012 e Assembleia Municipal de 28/02/2012 e 27/09/2012...”
Assim, propõe-se que se aprove uma proposta de Moção de Censura...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar uma Proposta de Moção de Censura, porque se entendeu que se mantêm actuais e válidos os fundamentos invocados nas aprovadas, nas Reuniões do Executivo Municipal de 17.02.2012 e de 30.07.2012.---

Ponto 19. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

**19.1. Lei N.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Decreto-Lei N.º 127/2012, de 21 de Junho,
Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso**

19.1.1. Inconstitucionalidade

Foi tomado conhecimento.-----

**19.1.2. Lista das Entidades da Administração Central que se encontram em
Incumprimento**

Foi tomado conhecimento.-----

**19.2. Resolução do Conselho de Ministros 79-A/2012
- Fundações**

Foi tomado conhecimento.-----